



MULHER NEGRA: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

BLACK WOMAN: A HISTORIOGRAPHIC APPROACH

Edenar Souza Monteiro¹
Maria de Lourdes Fanaia²

Resumo: O texto objetiva ressaltar as relações raciais por meio da abordagem sobre a mulher negra. A metodologia utilizada foi a construção historiográfica. Nesta abordagem utilizamos variados documentos constituídos no século XIX como, por exemplo, os relatórios de polícia, relatórios presidente província, fontes cartoriais e paroquiais, jornais, obras literárias e os livros didáticos atuais para discutir as relações raciais enfatizando a mulher negra, objeto do nosso estudo. As fontes documentais utilizadas foram fundamentais por trazerem um universo de informações, porém, para decifrarmos procuramos analisar o lugar de quem fala, para quem fala, de onde fala e por que fala. Dessa forma discutir sobre a mulher afro no contexto escravista é uma forma de legitimar vozes silenciadas (ORLANDI, Eni.1995), é poder especificar várias singularidades longe das naturalizações depreciativas.

Palavras-chave: Mulher Negra; Construção historiográfica; Identidade e cultura afro.

Abstract: The text aims to emphasize racial relations through the approach on black women. The methodology used was the historiographical construction. In this approach we use several documents constituted in the nineteenth century as; police reports, provincial president reports, parish and newspaper sources, newspapers, literary works and current textbooks to discuss racial relations emphasizing the black woman, object of our study. The documentary sources used were fundamental to bring a universe of information, but to decipher we try to analyze the place of the speaker, the speaker, the speaker and the speaker. Thus discussing Afro women in the slave context is a way of legitimizing silenced voices (ORLANDI, Jan.1995), is to be able to specify several singularities far from depreciative naturalizations.

Keywords: Black Woman; Historiographical construction; Afro identity and culture.

O objetivo do artigo é ressaltar as relações raciais por meio da abordagem sobre a mulher. Para isso ressaltamos a construção

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Docente da Universidade de Cuiabá, email: edenar.m@gmail.com

² Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Docente na Universidade de Cuiabá, email: mary_lourdes1996@hotmail.com

historiográfica da mulher negra. Nesta abordagem utilizamos variados documentos constituídos no século XIX como, por exemplo, os relatórios de polícia, fontes cartoriais, paroquiais, jornais, obras literárias e os livros didáticos atuais. Essas fontes documentais foram fundamentais por trazerem um universo de informações, mas que para decifrarmos procuramos analisar o lugar de quem fala, para quem fala, de onde fala e por que fala. Particularizar essas análises foram possibilidades de não generalizarmos as informações dos documentos, evidenciando as ações dos grupos sociais que estavam sob a responsabilidade dos olhares controladores. Sabemos que no passado a houve um silêncio historiográfico sobre gêneros, mas com a Escola dos *Annales* foram ampliados um leque de fontes, pois se tornou possível escrever uma história que incluísse as mulheres e as pessoas que foram escravizadas enquanto sujeitos protagonistas do processo histórico. Eni Orlandi (1995) aponta que o silêncio atua de forma a legitimar vozes e discursos ao mesmo tempo que omite outros, sem deixar qualquer tipo de marca formal no discurso, mas pistas de sua ocorrência (ORLANDI.1995). A Lei 10.639/2003 ressalta que é essencial valorizar a identidade, a cultura e a história afro-brasileira e africana na Educação Básica e Ensino Superior, que permite trazer a tona discussões que compreendem as relações étnicas raciais e nesta abordagem focalizamos a mulher negra no contexto do Período Imperial.

Durante séculos, a mulher enquanto sujeito histórico foi silenciada na historiografia cujo paradigma foi rompido a partir da História Nova ocorrida na década de 1980, ou seja, se tornou possível escrever uma história que incluísse as mulheres demonstrando que, apesar do “silêncio das fontes” ou mesmo da forma como foram representadas pelos homens, elas participaram dos processos históricos ao longo do tempo (CORREIA, 2009. p 3). Ressalta-se que a história do Brasil quando surgiu no século XIX, enfatizou as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens históricos masculinos. Esta abordagem priorizava a história política factual e, neste contexto, protagonistas como os escravos, mulheres, trabalhadores pobres ficaram excluídas das páginas da historiografia. Esse contexto historiográfico influenciou também no ensino da história com ausências de temas sociais como os supracitados. A partir da década de 1980, houve, então, uma “revolução” historiográfica e concomitante no ensino, pois alargou horizontes no campo da pesquisa proporcionando um repensar historiográfico com novos temas, novas

abordagens e problemas. Essa mudança possibilitou novas propostas curriculares, no ensino, pois atualmente temas como religião, família, cotidiano, gênero, são possibilidades para ultrapassar os conceitos paradigmáticos construídos no ensino aprendizagem. No entanto, mesmo com essas mudanças ocorridas no ensino, algumas delas foram e são significativas, e outras ainda estão sendo repensadas, no currículo escolar capaz de proporcionar desafios para os professores das escolas públicas e privadas, tais questões ao longo do texto serão apontadas.

ESCRITAS SOBRE AS MULHERES NEGRAS

No século XIX uma questão que fazia parte da estrutura política do Império no século XIX, era a ideologia científica já que prevalecia uma sociedade escravocrata, cujos discursos racistas eram fortalecidos pela teoria positivista, evolucionista e darwinista que naturalizavam as diferenças (SCHWARCZ, 2000) diante disso, a discriminação e o estigma recaíam principalmente sobre os escravizados africanos uma vez que, o indivíduo era visado pela maneira de ser, de vestir e pelos objetos que portava. Mediante a ideologia científica as autoridades políticas da província de Mato Grosso e de acordo com as funções sociais reproduziam e proferiam o discurso da ordem e da civilidade, sabiam do que falavam e por que falavam. Dessa forma territorializavam uma ordem social, e ao fazerem, desterritorializavam porque “o outro” muitas vezes era desqualificado. O pano de fundo dessa (re) produção do discurso era forjar uma ordem ‘absoluta’ criando exclusões na reordenação dos espaços e nas delimitações das ações dos indivíduos, livres ou escravos. Diante das incessantes explicações científicas da época, o racismo acentuado impregnou naturalizações sobre a discriminação racial, desvalorizando a identidade desse segmento social. A construção historiográfica produziu um discurso onde a figura feminina na condição de submissa ao homem assim como a mulher negra também foi descrita com visibilidades negativas já que o escravizado de modo geral era o malefício da sociedade.

Uma fonte documental que podemos enfatizar no século XIX que destaca claramente a condição social e a discriminação racial são os registros eclesiásticos da igreja católica, nesses constam também dados especificando a cor do indivíduo. Os documentos paroquiais compreendem os registros de batismos, óbitos, casamentos, e esses evidenciam a população através da classificação entre homens livres e

escravizados. A exemplo, em Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres) o livro registro de batismos são específicos, classificando um para “pretos” e outro para homens livres. Nesse documento são atribuídas designações racistas de acordo com as teorias científicas da época como: preta africana, caboré, forra, preta, escrava crioula. “Aos 9 de abril de 1861, faleceu de vida presente Paula Fraga crioula, solteira de idade3 de 32 anos, foi, encomendada e sepultada no cemitério desta matriz e para constar por esta em que assinei assinado.” Vigário Frei Antonio de Molinette. (livro de registro de óbitos 1861. Paróquia de Cáceres).

As fontes cartoriais são registros de compras e vendas de terras, e nesses universos estão os escravizados que faziam parte das propriedades rurais, também constam nesse referido documento as cartas de alforrias de variadas formas. As escrituras de terras da década de 1870 da cidade de Vila Maria do Paraguai, localizadas no cartório do 2º ofício de Cáceres permitem que observemos que homens livres como os vereadores adquiriam ou vendiam escravos. Nas escrituras dos livros de notas cartoriais da década 1880 ao constar a alforrias, e venda de terras apresentam também nomes de escravizados e com denominações de escrava, escrava cabra, negra, forra entre outros. Sobre alforrias encontram-se também no Núcleo de documentação de História de História da Universidade Estadual de Mato Grosso (NUDHEO) caixas diversas referentes aos anos de 1860 a 1888, contendo algumas estratégias utilizadas pelos escravos, a exemplo, as ações de liberdade. Segundo Coutinho (2015) Joaquina Mendes Malheiros, a escrava do tenente Francisco Pinto de Arruda através de pecúlio no valor de 600\$000(seiscentos mil reis) obteve alforria.

Aos sete dias do mês de novembro de mil, oitocentos e setenta e sete nesta cidade de São Luiz de Cáceres, em casa residencial do Meritíssimo Juiz substituto do Fórum Capitão Jose Maria de Pinho, onde vim, compareceu o capitão Francisco Pinto de Arruda como senhor da libertanda Joaquina Mendes Malheiros, afim de tratar do acordo reconhecendo pelo Art. 84 do regulamento acerca do Decreto nº 5.135de 13 de novembro de 1872. E pelo mesmo Tenente Francisco Pinto de Arruda a respeito da petição de liberdade constante do requerimento inicial e tendo me dado permissão para arbitrar qualquer quantia para sua liberdade, ficando a quantia de um conto e seiscentos mil réis, valor este quando recebido em favor de sua liberdade ficando-lhe, pois, em nenhuma outra

casa e outra praça, à vista das qualidades e préstimos que possui, vista a sua robustez e estado de saúde que apresenta e por isso resigna-se a sofrer a avaliação das pessoas que fossem nomeadas árbitras na forma da lei em cujas consciências espera maior arbitramento que aquele da petição inicial da sua escrava libertanda, sendo essa sua declaração escrita pelo juiz. (COUTINHO, 2015, P. 54)

Podemos também observar no registro criado em 1872, com objetivos era mapear a população brasileira, denominado de primeiro censo demográfico de Mato Grosso e para isso foi utilizado os registros das paróquias. O referido documento apresenta dados que permite repensar sobre a escravidão e concomitantemente sobre as questões raciais. Sobre isso, o censo de 1872 foi o primeiro registro que aglutina dados estatísticos da população imperial incluindo todas as províncias do país. No caso do registro populacional mato-grossense as abordagens raciais são especificadas pelas categorias diversas: gênero, idade, cor (os termos pardos, preto, caboclo), condição social designada de raça, se livre ou escravo, religião, nacionalidades, estado civil (casada, viúva, solteira), se o escravo sabia ler ou escrever ou se era analfabeto ou ainda se tinha deficiência física. Para a confecção do registro desse documento primeiro era o nome do homem, depois da mulher e as condições sociais designadas às mulheres eram preta, forra, negra, cabocla. Segundo os dados do documento as mulheres representam 51% do total. Num dos dados estatísticos da população escrava do censo demográfico de 1872 consta que havia na província de Mato Grosso entre homens e mulheres 6.667.00 escravos.

Na época imperial a polícia da província de Mato Grosso produziu uma imensidade de documentação que contribui com a historiografia e produções acadêmicas localizadas no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). No sentido original o termo "polícia" do século XIX, dizia respeito às táticas de bem governar uma população onde deveriam ter atitudes do bom vigilante, mas que implicava na distância entre estes e os que deveriam vigiar o que nem sempre foi. Quanto aos assuntos constavam a segurança individual de propriedade – crimes realizados contra as pessoas ou propriedades; brigas, ferimentos, suicídios, número de presos, entre mulheres e homens. Ao analisar a documentação observa-se que são vários os relatórios de chefe de polícia que apontam informações de todas as vilas, freguesias da província,

dando indícios sobre os deslocamentos da população como: assassinatos, roubos, assaltos e fugas dos escravizados. Assim consta nos relatórios da polícia no ano de 1887. Aos 28 de junho o subdelegado de Polícia do 1º Distrito procedeu a corpo de delito da escrava de nome Margarida de dona Delfina Marques Fontes, espancada por sua dita senhora, remetendo os autos ao juiz de direito da comarca. Entre os presos observa-se na documentação diversos personagens, homens e mulheres, especialmente, os escravizados descritos de maneira negativa e geralmente os assuntos quase sempre associados a: moralidade quando envolvidos em roubos, embriaguez, crimes, fugas e ajuntamentos nos quilombos. Quanto aos termos que utilizavam para as mulheres negras, “preta-fula”, “preta”, “parda”, “parda clara” e “parda escura”, escrava de alguém.

Quando cessado o tráfico de escravos de 1850 as perseguições policiais aos escravos que evadiam dos cativeiros estavam associadas ao aproveitamento lucrativo da mão de obra. Para algumas autoridades, do período imperial a única maneira de evitar as contravenções que ameaçavam o sossego seria a ação enérgica da polícia, prendendo preventivamente a miseráveis e indigentes (CAMPOS, P. A. 2006, p. 280). Outra relevância da documentação produzida pela força policial foi o registro de matrículas do século XIX, de escravos uma espécie de identidade, pois nenhum escravizado transitava sem a autorização do seu dono.

Os relatórios dos presidentes de província de Mato Grosso são documentos onde podemos notar um conjunto de estereótipos e uma enorme preocupação por exemplo com os quilombos. O cargo do Presidente de Província representava na província o poder central nomeado pelo imperador e indicado pelo Conselho de Ministros. Segundo Carlos Correa, os presidentes de província, geralmente tinham curtos mandatos, eram desconhecedores dos problemas locais e das reivindicações naturais de suas populações e o sistema de nomeações se caracterizava pela frequente mobilidade dos titulares, em muitas províncias sucessivamente, formando verdadeiros profissionais do cargo. Nesse documento constam todos os problemas e fatos ocorridos na época de toda a província subdivididos em diversos temas como; finanças, impostos, igreja, quilombos, rebeliões - política e participação executiva – secretaria, imprensa, educação, indícios, população, obras públicas, entre outros.

No século XIX, a descrição foi negativa sobre o quilombo no Brasil descrito sempre como espaço da fuga, da transgressão, ou seja, um espaço visado com naturalizações, por parte das autoridades políticas, mas nunca mencionado na historiografia como espaço de identidade e de afirmação cultural.

Consta-me que existem diversos quilombos em toda província, fazendo notável hum que há nas proximidades de Vila Maria, convém faze-los bater e destruir, essas reuniões de escravos fugidos são más não só pelos prejuízos que causam ao seu dono, mas pelo perigo da segurança da vila e dos povos. (REZENDE, 1840, p. 33)

Segundo Piazza os crimes praticados por homens escravos, contra a mulher escrava, também eram muito comuns: “Há o do Benedito, escravo de Boaventura da Silva Vinhas, "acusado de haver tentado ter cópula carnal por meio de violência", com Teresa, menor de 17 anos, escrava de D. Flora Florinda de Sampaio, que levado a julgamento foi absolvido” (PIAZZA, 1975, p. 105).

A exemplo, quilombos ou comunidades quilombolas é um tema essencial que deve ser abordado em sala de aula, porém, muitas vezes é apresentado nas páginas livros didáticos de maneira simplificada e geralmente o assunto apresenta como algo generalizante como se todos fossem iguais como modos de viver étnicos, moradia e adereços generalizando sem especificar as diferenças culturais como é o caso da religião. Na memória social, o conceito sobre quilombo por vezes apresenta-se distorcido, estigmatizado, arraigado nas explicações das teorias científicas que avaliou a questão negra como o malefício da sociedade. Destaca-se também a ausência sobre a Teresa de Benguela

Os jornais do século XIX também destacam os escravizados estigmatizados que na época imperial era o meio de comunicação mais moderno que havia, era por meio da imprensa que difundia não somente notícias, mas, a moda europeia, literaturas, ideologias, ideais, valores e várias notificações sobre escravizados como fugas e capturas de escravos, aluguel, compra e venda de escravos. No período imperial a imprensa foi resultado de transformações políticas, econômicas, sociais e, especialmente, o avanço da tecnologia, porém, poucas pessoas tinham acesso a ela devido ao baixo índice de alfabetização de grande parte da sociedade escravocrata, uma habilidade que ficava restrito a elite.

Nos anúncios geralmente constavam vendas de escravizadas para serem amas de leite para serem aceitas no meio social anunciavam o perfil físico e as habilidades do que sabiam fazer como forma de aliviar o perfil do “ser negro”; vende-se uma escrava sabe lavar, cozinhar, outro anúncio muito comum da época. No jornal liberal de 1871 de Cuiabá consta; Acha-se fugida uma escrava de João Anastácio Monteiro de nome Eva cabra, de 40 anos mais ou menos alta, com falta de dentes, tem vício de tomar aguardente. Quem a pegar entregar na rua 1º de março que será gratificado.

Outros tipos de anúncios que desqualificam a mulher escravizada constam no Jornal Liberal de 1879 de Cuiabá.

Romana fugida desde 28 de julho de 1887 preta de 50 anos mais ou menos ainda não tem cabelos brancos, baixa, rosto redondo com cicatrizes de bexiga, lábios finos, magra, boa dentadura, tem os pés pequenos e o andar ligeiro, fuma, cachimbo, bebe aguardente é muito dada a amizade de mulheres negras habituada a carregar consigo balaios ou trouxa de panos pouco asseada no trajar sem préstimo algum a não ser o trabalho da lavoura. (SIQUEIRA, 2003, p. 537)

De modo geral, vale ressaltar que em todos os relatos documentais acima supracitados a mulher negra no sistema escravista fez parte dos discursos produzidos por homens (ÁVILA, 2010).

REPENSANDO SOBRE A MULHER NEGRA NO ENSINO

Ressalta-se que, atualmente as propostas das diretrizes curriculares, como os temas transversais são possibilidades para professores trabalharem através dos eixos temáticos que são divididos em categorias: procedimentais, conceituais e atitudinais. Os “conteúdos conceituais” são os conceitos sobre fatos, os “conteúdos procedimentais”, incluem o (saber-fazer); já os “conteúdos atitudinais”, envolvem valores, normas e atitudes, que permeiam todo o saber escolar. Além da tecnologia, são variados os recursos didáticos que podem ser utilizados na sala de aula como jornais, revistas, literatura, imagens, fotografias, documentos, músicas, poemas entre outros. Todos esses fatores mencionados favorecem uma prática educacional que promova a formação social e cultural do aluno voltada para pluralidade cultural longe dos preconceitos raciais e sociais. No entanto, os Parâmetros

Curriculares nos indicam que a diversidade cultural/multiculturalismo promovem a alteridade equidade na formação da aprendizagem do aluno daí ser essencial a abordagem no meio escolar longe dos impregnados conceitos eurocêntricos dos colonizadores sobre a história afro-brasileira e africana porém, nem sempre as escolas priorizam uma discussão sobre o tema e a questão social nem sempre é devidamente abarcada no meio escolar. A Lei 10.639/2003 ressalta que é essencial valorizar a identidade, a cultura e a história afro-brasileira e africana na educação básica e ensino superior sem necessariamente priorizar uma determinada área de ensino, e em qualquer momento a temática deve ser abarcada. No entanto, sabemos que vários paradoxos existentes no processo de ensino aprendizagem, entre eles primeiramente temos uma lacuna sobre a história local, longe de abranger os objetivos dos Parâmetros curriculares. O ensino de História e a História de Mato Grosso ainda silenciada nos livros didáticos reforçando que a historicidade dessa região mais central da América do Sul apresenta-se como algo externo à realidade brasileira.

Observa-se, nos livros didáticos uma dicotomia entre a História do Brasil, e a do Mato Grosso pois os conteúdos ficam desconectados como algo distante da realidade social do aluno. Diante disso a mulher mais precisamente a negra enquanto protagonista da história do Brasil a partir da colônia é evidenciada nos livros didáticos de maneira naturalizada nos livros didáticos ainda estão presentes iconografias que apresentam estereótipos como as que retratam o período da escravidão entre os séculos XVI ao XIX, pois não são mencionados que no sistema escravista as diversas estratégias utilizadas pelo grupo social dos negros revelam a forma que utilizaram para romper com as normativas e padronizações do sistema e o modo de viver de e de fazer do grupo social. Nesse caso a mulher negra na sociedade patriarcal aparece na condição de pessoa subalterna e o conteúdo que explica o processo da escravidão descontextualizado da valorização da identidade afro e conseqüentemente isso reverte num ensino repleto de naturalizações. Não podemos considerar e objetivar de que nas sociedades patriarcais a mulher se limitava as condições sociais, pois existe documentos construídos no período imperial que descontroem os paradigmas como as fontes do Núcleo de pesquisa histórica das Unemat (NUDHEO) onde 1878, a africana Joaquina Mendes Malheiros de 60 anos pede sua compra de alforria através de um pecúlio. Segundo Correia (2013), a História das Mulheres reorientou os interesses para a

discussão e o entendimento das mulheres e de suas relações – sociais, políticas e econômicas, etc. entendendo-as como agentes históricos. Importante lembrar que, no século XIX, muitas iconografias depreciativas ainda são difusas nos livros didáticos e apontam para uma educação que desvaloriza a identidade social uma vez que, as imagens iconográficas contidas nos livros didáticos ficam por vezes como meras ilustrações e nem sempre são desconstruídas pelo professor.

Para melhor exemplificar entre os quilombos de Mato Grosso destaca-se Teresa de Benguela que viveu na década de XVIII no Vale do Guaporé, mais precisamente em Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso e liderou aproximadamente 20 anos o Quilombo de Quariterê também chamado de piolho. Importante lembrar que no século XIX, o espaço da mulher estava restrito aos afazeres da casa, dos filhos da família dos trabalhos manuais, portanto, excluída da vida política, social e pública uma vez que predominava uma sociedade patriarcal. Vale destacar que de acordo com a Constituição de 1824, o homem de cor não era considerado cidadão. Além disso, segundo Munanga (2009) as teorias científicas e racistas serviam mais para justificar o sistema de dominação e exclusão do que para explicar a classificação humana. Diante disso a liderança de Teresa de Benguela no referido quilombo rompia com os paradigmas da época, desafiava as autoridades políticas daí a intensa preocupação por parte do governo mato-grossense. No entanto, muitas vezes observamos no ensino básico o desconhecimento dos alunos sobre o tema, e por outro lado, a ausência do assunto no cotidiano escolar, que está respaldado nos Parâmetros Nacionais por meio da abordagem sobre a diversidade cultural. Geralmente as imagens sobre a mulher negra se limitam ao contexto da escravidão, representada enquanto uma escravizada do meio urbano e sempre as imagens constituem perfis físicos de mulheres gordas. As mulheres e afrodescendentes, são abordagens que evidenciam práticas sociais que ficaram despercebidas como exemplo, o modo de pensar e de ser no processo histórico (COSTA, 2003).

Entretanto, embora essa construção historiográfica tenha influenciado no processo ensino aprendizagem que por vezes ainda traduz reflexos negativos nos dias atuais é imprescindível lembrar que alguns homens negros que vivenciaram o período da escravidão embora a existência das teorias científicas criticasse o sistema escravista como: Jose de Alencar, Machado de Assis, José do Patrocínio e esses atuaram como grandes escritores de obras literárias, geralmente para criticar,

denunciar, questionar os rumos da sociedade brasileira. Entre os escritores destaca-se Maria Firmina autora o romance *Úrsula*.

O referido romance foi escrito no século XIX por Maria Firmina que nasceu também no contexto da escravidão no nordeste mais precisamente na província do Maranhão. Maria Firmina era filha “bastarda”, fruto do provavelmente incomum relacionamento amoroso entre uma portuguesa e um escravo africano (CORREIA. 2013. p. 4). A autora, publicou o romance, *Úrsula* (1859), uma personagem negra, a obra literária ultrapassa os estereótipos da época uma vez que a escrita foi produzida no contexto da escravidão no Brasil mas, que por outro lado, referida literatura também denuncia o racismo. O foco central da obra é desconstruir a condição social do escravizado. Já foi dito que na sociedade patriarcal de modo geral, escrever não era um hábito comum destinado as mulheres e menos ainda produzir uma escrita sobre a mulher africanizada. No contexto do período imperial as mulheres da elite tiveram mais acesso à instrução, que era ministrada em suas próprias residências, e, nesse momento aceita como algo positivo pelos homens. Entendia-se por instrução feminina a dança, o aprendizado de tocar piano, a escrita e a leitura. (CORREIA, 2013. p .106)

BREVES CONSIDERAÇÕES

As construções dos discursos objetivados sobre as mulheres no século XIX são de significativas relevâncias na história do cotidiano brasileiro e são personagens que ficaram às margens das produções historiográficas durante muito tempo. A escola dos *Annales* ampliou mudanças na historiografia revertendo a forma como as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. São invisíveis, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar (AVILA, 2007). Para a realização da escrita foi importante o conjunto de fontes constituídas no século XIX, como os relatórios de presidente de província, relatórios de chefes de polícia, jornais, fontes cartoriais e paroquiais que dão sustentação a proposta deste texto. Essa variada documentação que contém escritas sobre a mulher de modo negativo, e podem ser utilizados como suporte didático na sala de aula, porém, é necessário analisar o contexto social e histórico bem como a formação social e cultural, a ideologia dos interesses e dos conceitos generalizantes sobre a mulher afro. Da mesma forma a vasta produção literária da época da escravidão ressalta alguns

renomados autores criticaram o sistema escravista são ferramentas que auxiliam e permitem um repensar no ensino escolar e sobre as mulheres que ficaram durante muito tempo no anonimato. Apesar dos paradoxos e complexidades das imagens icnográficas constituídas nos livros didáticos que retratam a mulher no período da escravidão é possível desconstruir as ilustrações uma vez que, não devemos considerar as objetivações naturalizadas. Proporcionar uma a reflexão sobre os direitos da mulher, principalmente a negra, permite a contribuição para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação étnico-racial. Dessa forma é possível dar visibilidades a mulher afro no contexto escravista especificando os modos de ser e de viver uma forma de ressaltar a identidade e cultura afro.

Referências

ÁVILA, Rebeca Contrera. **Trajetórias e estratégias escolares de mulheres de camadas populares que vivenciam uma tríplice jornada diária: trabalho remunerado, trabalho doméstico e estudos.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del-Rei, 2010. 235 p. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao9RebecaContreraAvila.pdf>. Acesso em: 24 de fev. de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.** Tradução - Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial.** São Paulo. Cia das Letras, 1996.

CORREIA, Janaína Santos. **Uma contribuição para a escrita da História das Mulheres e dos afrodescendentes no Brasil.** Revista feminismos. Vol.1, N.3 Set. - Dez. 2013. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br. Acesso em 09 de abr. de 2018.

CORREIA, Janaína Santos. **O Uso de Fontes em sala de aula: A Obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina. 2013. 145 p.

BRETAS, Luís Marcos. **A polícia Carioca no Império.** Revista Estudos Históricos. V.12, nº 22. p. 219-234, dez. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075>. Acesso em: 04 Out. 2018.

GEBARA, Ademir. **Mercado de trabalho Livre no Brasil**. São Paulo. Brasiliense.,1986.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**. 3ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERARO, Maria Ademir. **Bastardos do Império. Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo. Contexto. 1999.

PIAZZA, Walter Fernando. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: Editora da UDESC; São Paulo: Editora Resenha Universitária Ltda., 1975. 232 p

REIS, João José. (Org.) **Liberdade por um fio**. Companhia das Letras. 1996.

REZENDE, Estevão Ribeiro. **LEI PROVINCIAL Nº 9, DE 06 DE JULHO DE 1840**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/397/000033.html>> Acesso em: 04 de mar de 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato Em Branco e Negro**. São Paulo. Companhia das letras. 1989.

VOLPATO, Luiza R. Ricci. **Cativos do Sertão: Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Marco Zero; Mato Grosso: UFMT, 1993.

Recebido: 08 de julho de 2018

Aprovado: 24 de agosto de 2018